

D 6 Cidades

GAZETA DE ALAGOAS, 08 fevereiro 2015, Domingo

MORTOS PELO TRÁFICO. Especialistas cobram investimentos do governo, para reverter quadro em Alagoas

Sem políticas públicas, adolescentes são alvo do crime

A ausência de um plano integrado para ocupar o tempo desse público abre espaço para a violência, cada vez mais crescente no Estado

THIAGO GOMES
REPÓRTER

A juventude de Alagoas não tem futuro e o cenário apresentado a ela é o mais caótico possível. Além de ter destaque como sendo detentor do título de pior índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País, o Estado ainda convive com mais de 20% dos habitantes de 15 anos ou mais sem saber ler nem escrever. Muitos que estudam acabam abandonando as salas de aula (Alagoas tem a maior evasão escolar do Brasil). Sem instrução, parte da mocidade fica à mercê da marginalidade, viciada em drogas e é morta pelo tráfico. O número alto de assassinatos de adolescentes e jovens levanta a questão da falta de políticas públicas voltadas a essa faixa etária. Especialistas dizem que sem a atenção do governo, o quadro difícil-

mente será revertido.

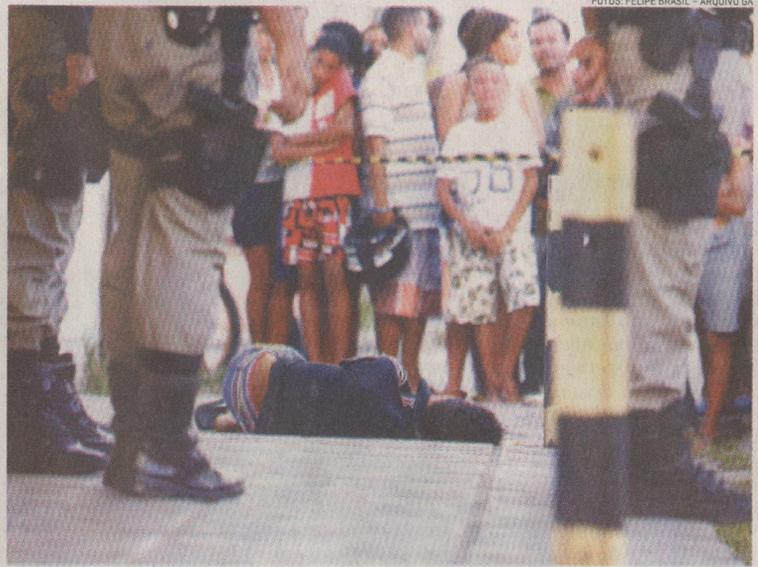
O Ministério Público Estadual (MPE), a Ordem dos Advogados do Brasil seccional Alagoas (OAB-AL), a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e até o governo do Estado admitem que a região Nordeste é carente de ações concretas voltadas à juventude. Pela ausência de um plano integrado para ocupar o tempo desse público, a violência ganhou o espaço que deveria ser preenchido pelo esporte, lazer, cultura e educação.

O promotor Rogério Paranhos, integrante da promotoria responsável pela defesa dos direitos da criança e do adolescente, afirma que a juventude brasileira está esquecida nas zonas mais periféricas da cidade. Em Maceió, segundo ele, percebe-se a grande quantidade de menores fora das salas de aula e, por isso, totalmente ociosos. Nessa

idade, segundo ele, os pequenos deveriam estar frequentando a escola, praticando esporte e fazendo cursos de línguas, por exemplo. O que se percebe é uma infinidade de crianças que só têm amigos ligados ao tráfico ou envolvidos com delitos, desocupados profissionalmente e empenhados no ofício do crime.

“É um círculo vicioso. Se não tem creche, escola, cursos, lazer, esporte e outros atrativos saudáveis, resta a esses jovens e adolescentes o mundo das drogas. Mas, o que me deixa extremamente angustiado é o grande mote da natureza nos dias atuais: criança não tem mais futuro, fica esquecida, morre e fica por isso mesmo”, avalia o promotor. Para ele, a culpa não é inteiramente do poder público, mas da sociedade como um todo, que exclui o menor que mora na periferia. “Faltam políticas públicas porque nem mesmo a população se interessa por esses meninos”, acredita.

O representante do MPE diz estranhar a medida tomada pela equi-



FOTOS: FELIPE BRASIL - ARQUIVO GA

O número alto de assassinatos de adolescentes e jovens levanta a questão da falta de ações sociais

pe do governo Renan Filho (PMDB) de cortar gastos em todas as secretarias e não estabelecer como prioridade áreas consideradas essenciais, como a educação e a segurança pública. “O governo deve ter consciência que precisa investir radicalmente nestes segmentos, fortalecer a Polícia Militar, criar

políticas públicas permanentes, investindo em cultura, esporte, lazer, educação. Só assim, alguma mudança pode acontecer”, avalia.

Ele ainda lembra o des-caso com as medidas socioeducativas por parte do poder público. Bastante envolvido com esse tema e responsável por pedir à

Justiça a interdição de três unidades de internação de menores, o promotor Rogério Paranhos diz lamentar a falta de uma estratégia eficiente para ressocializar adolescentes em conflito com a lei.

Para Rogério Paranhos, o Estado nem cria políticas públicas e nem reinsere os infratores na sociedade.

‘Os jovens precisam construir o futuro com uma base sólida’

Semelhante à opinião do MPE, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-AL, Daniel Nunes, acredita que Alagoas não dispõe de qualquer política pública voltada para crianças, adolescentes e jovens. Para ele, o divertimento de pessoas dessa faixa etária é o álcool, consumido livremente, sem qualquer pudor. Além disso, diz que faltam opções culturais, de esportes e vagas no mercado de trabalho para essa parcela da população. Sem falar, segundo Nunes, na questão social.

“Aqui, lidamos com a pobreza extrema, locais deprimentes, mergulhados na marginalidade, sem estrutura alguma e opções para lazer e educação. Sem alternativas, a juventude é inserida na criminalidade, transgredir a lei e vai para o sistema prisional, que é outro caso”, comenta. Nunes lembra que há cerca de 5 mil presos em Alagoas, mais

de 100 menores transgressores cumprindo medidas socioeducativas, quando a capacidade seria para 87 infratores, apenas.

O presidente da comissão da OAB ressalta, também, a precariedade na repressão. Na opinião dele, o aparato de segurança policial tem debilidade total, ao ponto de ser vergonhosa a situação. “É um des-caso total com a juventude e a OAB segue atenta para denunciar e cobrar mais empenho do poder público para evitar que os direitos humanos continuem sendo desrespeitados abertamente em Alagoas”, afirma.

A professora do curso de Ciências Sociais da Ufal, Elaine Pimentel, destaca que, além de educação, esporte, lazer e cultura, Alagoas precisa de um programa coerente de integração urbana, de incentivo ao combate às drogas e de recuperação dos dependentes químicos. Na opinião dela, a população

precisa ter a identidade no local onde mora, satisfação ao viver ali e deixar de migrar para buscar melhores condições.

“O bairro deve ser o lugar bom para as famílias viverem. Os jovens precisam de educação integral, incentivo ao esporte, construir o futuro com uma base sólida. A política pública deve ser inclusiva, atrativa e que alcance o máximo de pessoas dessa faixa etária possível. Obviamente que investir em educação, por exemplo, só se faz com valorização dos profissionais do ensino”, evidencia.

Para a professora, a falta de ocupação e a desestruturação familiar são fatores que impedem o fim da marginalização e, conseqüentemente, a redução das mortes de jovens e adolescentes. Ela defende um estudo científico mais aprofundado para traçar um panorama da realidade da juventude alagoana. **16**